

EXPANSÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR EM UM DEBATE INTERSECCIONAL DE GÊNERO E CLASSE

EXPANSION OF ADMISSION TO COLLEGE EDUCATION IN AN INTERSECTIONAL DEBATE OF GENDER AND CLASS

EXPANSIÓN DEL ACCESO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN DEBATE INTERSECTORIAL DE GÉNERO Y CLASE

^{1*}Rayana Andrade de Carvalho

^{2**}Edineide Jezini Mesquita Araujo

RESUMO: O artigo analisa o processo de diferenciação social no cenário da expansão do acesso à Educação Superior e suas interseções com as questões de classe e gênero, categorias determinantes na hierarquização e desigualdade social. Para tanto, objetiva-se compreender como as diferenciações de classe e gênero impactam o acesso às carreiras profissionais masculinizadas e feminizadas. Trata-se de pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Educação, nível Mestrado, na linha de pesquisa Educação Popular (PPGE/UFPB). Realizou-se o estudo de caso de quatro cursos da Universidade Federal da Paraíba - UFPB: Pedagogia, Enfermagem, Engenharia Civil e Engenharia de Produção, analisados com base nos dados de matrícula dos estudantes conforme indicadores de sexo, renda familiar e origem escolar, disponibilizados pelo Sistema de Tecnologia de Informação - STI/UFPB. O trabalho parte da hipótese de que as questões de gênero e classe são relacionais, sendo expressa, de forma interseccional no acesso às carreiras profissionais. Os dados comprovam que as áreas masculinizadas possuem maior prestígio social, conseqüentemente, são reduto de homens brancos de classe média, enquanto que as áreas feminizadas tendem ao menor prestígio social, sendo predominado por mulheres pobres. Conclui-se que há uma hierarquização no acesso, que, por sua vez, é relacional ao processo da estratificação social no âmbito das carreiras profissionais; precarização de algumas profissões e sua respectiva mão de obra, em detrimento de outras; posição de privilégio social do homem branco de classe dominante e a separação de cursos para ricos e pobres no âmbito da educação superior, mesmo após o processo de diversificação do sistema de educação superior.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à Educação Superior. Expansão do ensino. Diferenciação social. Desigualdades sociais.

1. O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS SUAS INTERSEÇÕES: UM DEBATE NECESSÁRIO

¹Mestrado em Educação na Linha de Pesquisa Educação Popular (PPGE/UFPB), Graduação em Pedagogia (UFPB). Bolsista CAPES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9705-802X>. Email: carvalhorayana@yahoo.com.br

²Professora Titular na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em cursos de Graduação e na Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPB). Pós-doutorado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa/PT (CAPES/FCT), Doutorado em Sociologia (UFPE), Mestrado em Educação (UFPB), Graduação em Pedagogia (UFA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0180-0347>. E-mail: edjezine@gmail.com

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.442-459, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6756.

O debate sobre o acesso à educação superior dos estudantes ingressos na universidade, tem ganhado ênfase no âmbito das políticas de educação superior, sobretudo, nos últimos 20 anos, em que a pauta da educação para equidade social ganha destaque no conjunto das diretrizes mundiais, delineadas pela Conferência Mundial de Educação para Todos (JOMTIEN, 1990), a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (DURBAN, 2001) e a Conferência Mundial sobre Educação Superior (PARIS, 2009).

O Brasil, como país signatário dos acordos, ao adotar a reconfiguração neoliberal como diretriz social, econômica e política, aplica à educação processos de racionalização e pragmatismo, em todos os níveis, em específico no que se refere à educação superior, que se torna palco da reestruturação do Estado em termos de expansão e acesso atrelada à dimensão da equidade social³¹. Além disso, firma compromissos mundiais cujos objetivos e metas são traçados no Plano Nacional de Educação (PNE - 2001-2010; 2014-2020) e na Conferência Nacional de Educação (CONAE - 2010; 2014; 2018), em que emerge o debate sobre as questões étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e o atendimento às pessoas com deficiência.

A expansão e a diversificação das instituições de educação superior, assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9.394/96), efetiva um salto quantitativo no número de matrículas do setor privado, que alcança um crescimento de 276,47% no período de 1995 a 2010, enquanto que o setor público cresce menos da metade, 108,65%, no mesmo período (MANCEBO, 2013). A discrepância no acesso público/privado pode ser observada no Censo da Educação Superior 2016, na relação da matrícula por setores em cursos de ensino superior, em que se registra 8.0048.701 matrículas, sendo 6.058.623 no setor privado e 1.990,078 no setor público, o que corresponde a 75,3% do total de matrículas, no setor privado e, no que se refere à relação ingresso/conclusão o total é de 2.985.644 ingressantes com a conclusão de 1.169,449 (BRASIL - INEP, 2017); Os dados revelam um sistema de educação superior calcado no setor privado, que se constitui por Faculdades, Escolas e Institutos, sem tradição de pesquisa e uma lacuna entre o ingresso e a conclusão, com taxa de evasão de 30% em instituições privadas e 20% nas instituições públicas, nos primeiros anos do curso (CRUB, 2018).

³ É preciso salientar os aspectos contraditórios que acompanham o discurso da equidade social, no Brasil, ainda mais, ao considerar que tal discurso é pautado numa lógica neoliberal em que o mercado, enquanto portador da racionalidade sociopolítica subordina os direitos sociais, como os da educação a seu favor da rentabilidade mercantil. (CHAUI, 1999).

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.442-.459, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6756.

Apesar do crescimento do setor privado, no conjunto das políticas públicas de expansão do acesso à educação superior, ganha destaque, no setor público, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), associado às políticas de inclusão social, também denominadas de políticas de cotas e/ou afirmativas. A implementação destas políticas compõe as metas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Educação com vista à promoção da equidade social, no sentido de dar oportunidade àqueles e àquelas que, historicamente foram excluídos do sistema de ensino, em específico da modalidade de ensino superior – por esta constituir-se enquanto *locus* privilegiado da formação das elites e dos quadros para o Estado.

Sob a perspectiva do acesso subsidiado pelo ideal da equidade social, emerge como objetivo da educação nacional, em todos os níveis de ensino, o discurso do acesso enquanto igualdade de condições entre os diferentes sujeitos que adentram ao sistema educacional. Todavia, associar a compreensão acerca da categoria “acesso” à ideia de “igualdade” de condições no contexto de uma sociedade excludente, como a sociedade brasileira, implica um desafio complexo, tendo em vista que a concepção de igualdade vai de encontro ao processo de hierarquização social que gera exclusões, enraizadas na constituição histórica do sujeito, como questiona Azevedo (2013, p. 140):

Se todos são tratados igualmente pelo Estado (direito igual), a desigualdade permanece. Caso o "direito igual" prevaleça, os que, por contingências sociais, culturais e econômicas, tiverem menos oportunidades de estudos e de aquisição de conhecimento, continuarão a receber desigualmente conteúdos e capital cultural, internalizando menos dispositivos (*habitus*) relacionados à ciência e ao saber. Dessa forma, se a escola (ação educacional de Estado) for indiferente às diferenças e tratar igualmente os desiguais, o *status quo* de desigualdade e iniquidade não será posto em questão.

O termo “igualdade de condições” no acesso toma como objetivo assegurar a tríade ingresso, permanência e sucesso, especialmente dos grupos socialmente vulneráveis, pois como salienta Santos, (2011, p. 69), talvez “[...] seja mais correcto designar a área do acesso como acesso/permanência ou mesmo acesso/permanência/sucesso”, compreendendo-os em sua complementariedade. É nesse sentido que a expansão de vagas associa-se às políticas de inclusão social, em específico nas Instituições Públicas Federais de Educação Superior, sob a lógica da igualdade de oportunidades e equidade social, possibilitando o ingresso de sujeitos historicamente excluídos, em que muitos são, o primeiro filho da família a ingressarem no ensino superior (ANDIFES- FONAPRACE, 2016).

No contexto da expansão, o debate da flexibilização do acesso a grupos socialmente discriminados, no âmbito das universidades, tornou-se emergente, ainda mais, ao considerar as **Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.442-.459, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6756.

relações de poder, instituídas, socialmente, através dos processos de diferenciação social (BOURDIEU, 2008; BRAH, 2006) que geram as desigualdades no acesso à educação superior, como é demonstrado nos estudos de Braga, Peixoto e Bargutti (2001), Almeida et. al. (2006), Carvalho (2006), Pereira (2008) Piotto (2008; 2010) Brocco e Zago (2014), Martins (2014), Flontino (2016), dentre outros.

O acesso do sujeito com a marca da diferença à universidade demarca uma conquista social que outrora não era pertinente, a universidade se delinea como um *locus* de disputas, em que “muros” acadêmicos são construídos entre sujeitos, cursos e instituições, e “[...] o ingresso crescente de parcelas da população faz incorporar de forma igualmente crescente diferenças sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais e regionais às IES e tende a colocar em xeque o mandato e o *modus operandi* deste nível de ensino” (GOMES; MORAES, 2012, p. 174).

Assim, pressupõe-se que o discurso do acesso a partir da “condição de oportunidade”; igualdade e equidade social, dar lugar ao acesso hierarquizado, em que os pobres e as mulheres são direcionados aos cursos de menor prestígio social, enquanto os homens de classe média, são direcionados às carreiras de maior prestígio social, estabelecendo, no âmbito das carreiras profissionais, uma interseção de gênero e classe em processos de [in]exclusão (BOURDIEU, 1998; 2008).

Tal hipótese configura o questionamento de investigação do referido artigo, no qual problematiza os processos de diferenciação no acesso à educação superior e suas relações com as questões de classe e gênero, categorias que determinam a hierarquização e as desigualdades sociais. Para tanto, objetiva-se compreender como as diferenciações de classe⁴² e gênero, presentes no âmbito das carreiras profissionais, impactam o acesso às carreiras masculinizadas e feminizadas, no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Os cursos em análise, Pedagogia e Enfermagem (cursos feminilizados) e Engenharia Civil e Engenharia de Produção (cursos masculinizados), foram escolhidos após observação do *ranking* dos 10 maiores cursos por sexo dispostos pelo INEP (BRASIL, 2015), sendo constatado uma interseção de gênero e classe no âmbito das carreiras profissionais. Nesse sentido, optou-se por investigar o acesso nos dois primeiros cursos indicados como predominados por mulheres e nos dois primeiros cursos predominados por homens, em âmbito

⁴ Bourdieu (1989, p. 136) compreende classe enquanto: [...]conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e ineresses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes [...]. Com base nessa interpretação, o entendimento de classe se dá, neste trabalho, através da posição que os indivíduos ocupam no ambiente acadêmico, sendo estudantes que possuem condições desfavoráveis com relação aos demais que possuem maior capital *social, econômico, cultural e simbólico*.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.442-.459, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6756.

institucional, a partir das variáveis: sexo, renda familiar e origem escolar. Os dados foram coletados no Sistema de Tecnologia de Informação (STI), da UFPB, com base nos dados de matrícula dos ingressos nos respectivos cursos.

O estudo de caso sobre o acesso acadêmico, em áreas feminizadas e masculinizadas, compreende que os processos que envolvem as diferenciações sociais no acesso à universidade não podem ser analisados sob a perspectiva da homogeneidade. Nesse sentido, tem-se como referência, o conceito de interseccionalidade de Crenshaw (2012), ou seja, a compreensão de análises cruzadas e sobrepostas dos contextos, no qual, duas, três categorias, são analisadas concomitantemente.

Compreende-se que o acesso, no contexto da expansão e diversificação institucional é um fenômeno que agrega múltiplas realidades sociais, além disso, há uma multiplicidade de culturas universitárias que se expressam de diferentes formas, conforme às carreiras profissionais. Nesta perspectiva, ao se analisar o acesso, emerge, sobretudo, as diferenciações sociais⁵³, daí a necessidade de entender esse fenômeno enquanto uma categoria de análise interseccional, que contribui para analisar as formas de poder de maneira relacional (KERNE, 2012).

2. ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: DIFERENCIAÇÕES E A INTERSECCIONALIDADE ENTRE CLASSE E GÊNERO

No que se refere ao acesso à educação superior e a inclusão social de sujeitos com histórico de desigualdade social como, negros⁶⁴, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes pobres advindos de escolas públicas e de origem socioeconômica baixa, o acesso tem sido promovido a partir de políticas afirmativas⁷⁵. A implementação destas políticas, tem proporcionado um crescimento significativo deste público nas universidades, com maior

⁵ A partir da definição de Scott (1989, p.21) gênero é “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”, acrescenta dizendo que “como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si”.

⁶ Sobre o entendimento de negros como uma categoria que agrega pretos e pardos Osorio (2003, p. 24) destaca: “a agregação de pretos e pardos e sua designação como negros justificam-se duplamente. Estatisticamente, pela uniformidade de características socioeconômicas dos dois grupos. Teoricamente, pelo fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos, serem da mesma natureza. Ou seja, é pela sua parcela preta que os pardos são discriminados. A justificativa teórica é obviamente mais importante, pois ao fornecer uma explicação para a origem comum das desigualdades dos pretos e dos pardos em relação aos brancos, coloca os dois como beneficiários legítimos de quaisquer ações que venham a ser tomadas no sentido de reverter o quadro histórico e vigente dessas desigualdades grupos”.

⁷ As políticas afirmativas, nas universidades, que tratam das questões étnico-raciais foram implementadas, inicialmente, a partir do Programa Diversidade na Universidade (2002), transformada na Lei 12.288/2010 (SILVA, 2010), sendo ampliada para cota social com pré-requisitos de raça e, posteriormente ingresso de pessoas com deficiência, através da Lei 12.711/2012.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.442-.459, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6756.

evidência, após a Lei 12.711/2012, cuja finalidade está na reparação social dos grupos excluídos por meio de cotas sociais.

Todavia, ao adentrar à problemática de gênero, observa-se que há uma negligência no que concerne às políticas de reparação social no âmbito da educação superior, mesmo com o debate sobre a papel da universidade em promover à igualdade de condições entre os sexos, realizado em contexto mundial pela Conferência Mundial de Educação para Todos (JOMTIEN, 1990) e a Conferência Mundial sobre Educação Superior (PARIS, 2009) que orientam o contexto nacional, nos documentos do PNE e do CONAE, em destaque.

A ausência do debate de gênero e da importância da igualdade de condições entre os sexos contribui para a reprodução de diferenciações, ainda no acesso à educação superior. É fato que, depois de séculos de exclusão, as mulheres têm alcançado sucesso no ingresso e na conclusão dos cursos nos sistemas escolares, inclusive no nível superior (INEP-BRASIL, 2015). Contudo, ao analisar como tem sido feita a distribuição, conforme as carreiras profissionais, confirma-se que há uma “destinação” para a formação, que é sustentada pelos estereótipos sexistas que afetam homens e mulheres.

O Censo da Educação Superior (INEP-BRASIL, 2013; 2015), ao apresentar um *ranking* com os maiores cursos de graduação, por sexo, no Brasil, destaca que há diferenciações de gênero por curso, sendo os majoritariamente masculinos: Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Formação de Professor de Educação Física, Engenharia Elétrica, Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo) e Educação Física; e os majoritariamente femininos: Pedagogia, Enfermagem, Psicologia, Serviço Social, Gestão de Pessoal/ Recursos Humanos, Fisioterapia e Arquitetura e Urbanismo.

Ao observar a proposição do *ranking* sobre a distribuição de cursos por sexo, observa-se a interseção de gênero e classe, uma vez que os cursos tipicamente masculinos se caracterizam, em sua maioria, por cursos de reconhecido prestígio social, compostos quase exclusivamente pelos cursos das ciências exatas, em especial as engenharias, carreiras, historicamente, de maior *status* social⁸⁶. Por outro lado, nas carreiras tipicamente femininas ocorre o inverso, grande parte dos cursos compostos na lista são considerados de menor prestígio social, a Pedagogia lidera o *ranking*, seguido da Enfermagem, subárea da Medicina, assim como o curso de Serviço Social, Gestão de Pessoas/Recursos humanos e Fisioterapia, carreiras que possuem menor remuneração/*status*, e conseqüentemente menor prestígio social.

⁸ Vargas (2010) apresenta a engenharia enquanto um dos cursos imperiais do Brasil, juntamente com a Medicina e o Direito.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.442-.459, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6756.

Carvalho (2006) ao analisar os processos de diferenciações no acesso à educação superior, concluem que as carreiras voltadas para as ciências da educação, ciências humanas e da saúde tendem a ser frequentadas, em sua maioria, por mulheres, enquanto que a área das ciências exatas, se constitui um reduto masculino. O processo de expansão e diversificação da educação superior não tem favorecido o debate sobre a equidade de gênero, uma vez que “não vem acompanhado de motivações profissionais a cursos que, historicamente, se constituem como masculinos, o caso das Engenharias, ou mesmo femininos, o caso da Pedagogia.”

Ao analisar o estudo de Martins e Machado (2015), sobre os condicionantes sociais que envolvem a escolha da carreira profissional, se pode atestar que há uma relação entre prestígio social do curso e perfil social. Os autores demonstram que as carreiras tipicamente masculinas agregam maior status social e tendem a ser frequentados por homens brancos de classe média, enquanto que as carreiras tipicamente femininas tendem ao menor prestígio social e são frequentados por mulheres pobres e negros, em sua maioria. O estudo de Almeida *et. al.* (2006) também destaca que a diferenciação de sexo e origem sociocultural são relacionais, os/as autores/as concluíram que à área de ciências humanas é composta por estudantes mulheres e de baixa renda, em sua maioria, enquanto que as engenharias eram compostas por homens, em sua maioria, de renda elevada.

O debate sobre o processo de feminização e masculinização das carreiras profissionais e suas implicações sociais é denso, no entanto, neste estudo, busca-se direcioná-lo ao entendimento de uma lógica interseccional de gênero e classe, em que a construção das diferenciações de gênero nas carreiras profissionais, construídas a partir dos estereótipos de sexo servem para a manutenção das desigualdades no mercado de trabalho, à precarização de algumas profissões e sua respectiva mão de obra, em detrimento de outras, a posição de privilégio do homem branco de classe dominante, e a separação entre ricos e pobres.

Bourdieu (1998), destaca que a feminização das carreiras profissionais contribui para o empobrecimento do trabalho feminino. Logo, os espaços profissionais em que as mulheres ocupam tendem a ser mais desvalorizados, enquanto que as profissões masculinizadas tendem a maior valorização social. O autor faz uma extensa discussão sobre o processo de dominação masculina estabelecido pela subalternização do trabalho feminino no processo de consolidação da sociedade capitalista. Como exemplo indica profissões que possuem a mesma função social, como é o caso de Medicina e Enfermagem, destacando os processos de hierarquização da divisão do trabalho e os estereótipos que são atrelados com o exercício da profissão.

O mundo do trabalho está, assim, repleto de pequenos grupos profissionais isolados (serviços de hospital, gabinetes, de ministérios etc.) que funcionam

como quase-famílias, nos quais os chefes do serviço, quase sempre um homem, exerce uma autoridade paternalista, baseada no envolvimento afetivo ou na sedução, e, ao mesmo tempo, sobrecarregado de trabalho e tendo a seu encargo tudo que acontece na instituição, oferece uma proteção generalizada a um pessoal subalterno, principalmente feminino (enfermeiras, assistentes e secretárias) assim encorajado a um investimento intenso, muitas vezes patológico, na instituição e naquele que a encarna. (BOURDIEU, 1998, p. 73).

Embora Bourdieu (1998) destaque a divisão sexual como um fator contribuinte para o processo de valorização/desvalorização da carreira profissional, este não é o único, isto porque, o autor destaca que uma prática ganha maior ou menor *status* social de acordo com quem a pratica: “Uma prática inicialmente nobre pode ser abandonada pelos nobres - e isso ocorre com frequência - tão logo seja adotada por uma fração crescente da burguesia e pequena burguesia, e logo das classes populares” (BOURDIEU, 2008, p. 17).

Ao analisar a classificação de cursos por sexo, de acordo com o Censo da Educação Superior (BRASIL, 2013; 2015) e, considerando também as obras de Bourdieu (1998; 2008) supracitadas, é possível inferir que a diferenciação de gênero se entrelaça com as diferenças de classe. Martins (2014) assinala que as mulheres que estão concentradas nos cursos majoritariamente femininos são estudantes pobres. Enquanto que, as mulheres (brancas, em sua maioria) de maior renda têm transitado para os cursos de maior prestígio, em que a paridade de gênero vem se constituindo um processo de superação. No caso das engenharias, apesar de ser frequentado em sua maioria por homens, o perfil social destes estudantes é diferenciado, tendo estes maiores atributos sociais (ALMEIDA *et. al.* 2006; MARTINS; MACHADO, 2015).

Braga, Peixoto e Bagutchi (2001) destacam a seletividade social na escolha dos cursos, em que ricos e pobres são destinados a carreiras profissionais que vão preparar mão de obra mais ou menos barata, dependendo do público frequente. Esses autores concluem que os cursos de maior prestígio social têm menos concorrentes pobres, isso porque estes estudantes tendem a concorrer aos cursos de menor prestígio, como as licenciaturas, cursos reconhecidos pela frequência de maioria feminina.

O estudo de Vargas (2010) destaca uma “preferência” de estudantes de baixa renda por cursos de menor prestígio social, constatando que, “[...] mesmo tendo obtido nota no vestibular para ingressar num curso concorrido, se a condição socioeconômica do/a candidato/a era desfavorecida, estava inscrito em curso pouco disputado” (VARGAS, 2010, p. 114).

Os estudos aqui citados confirmam as proposições de Bourdieu (1998; 2008) em que os fatores que envolvem as diferenciações de gênero nas carreiras profissionais são atreladas às demais desigualdades sociais.

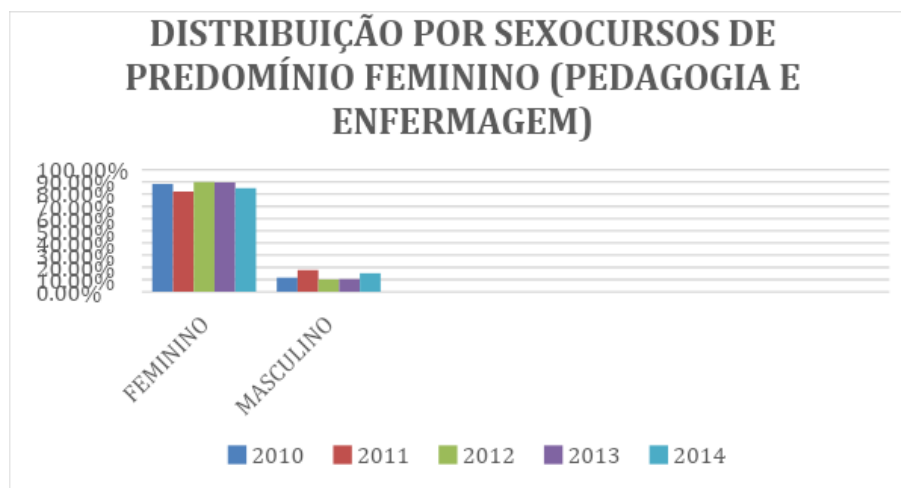
Os estereótipos de gênero, atrelado aos aspectos de classe podem ser entendidos como fatores determinantes ao acesso à educação superior. Diante de um cenário desigual, pressupõe-se que o número de mulheres pobres que conseguem acessar, permanecer e concluir cursos predominado por homens seja ínfimo, tal como homens em cursos predominado por mulheres, embora seja mais comum um homem pobre em curso predominado por mulheres, do que mulheres pobres em cursos predominado por homens (MARTINS, MACHADO, 2015). A partir destas premissas, questiona-se: De que igualdade de condições estamos falando?

3. ACESSO HIERARQUIZADO EM CURSOS MASCULINIZADOS E FEMINIZADOS: ANÁLISE DO PERFIL SOCIAL ESTUDANTIL

Ao se considerar o contexto da expansão e diversificação das universidades públicas federais, bem como, a discussão realizada sobre o processo de diferenciação social de gênero e classe, apresenta-se, nesse tópico, o perfil social dos/as estudantes que acessam os cursos investigados na UFPB, conforme as variáveis: sexo, renda familiar e origem escolar, em áreas feminizadas (Pedagogia e Enfermagem) e masculinizadas (Engenharia Civil e de Produção).

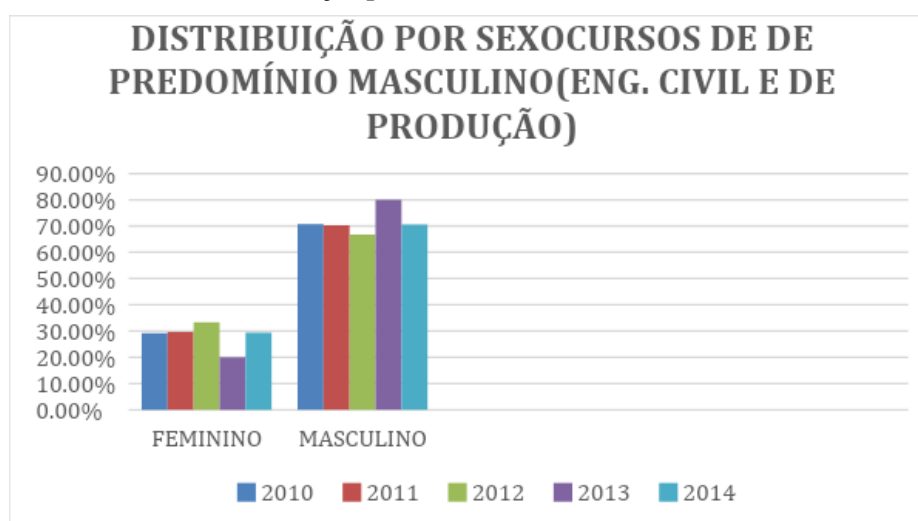
Ao analisar a distribuição por sexo dos quatro cursos, no período de 2010 a 2014, verifica-se consonância com o *ranking* das profissões, disponibilizado pelo Censo da Educação Superior (2013; 2015), ou seja, as Engenharias são áreas predominadas por homens e a Enfermagem e a Pedagogia são predominadas por mulheres, como segue no gráfico:

Gráfico I - Distribuição por sexo em áreas feminizadas da UFPB



Fonte: Dados do Sistema de Tecnologia de Informação/ STI da UFPB obtidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior/ NEPEs, 2016.

Gráfico II - Distribuição por sexo em áreas masculinizadas da UFPB



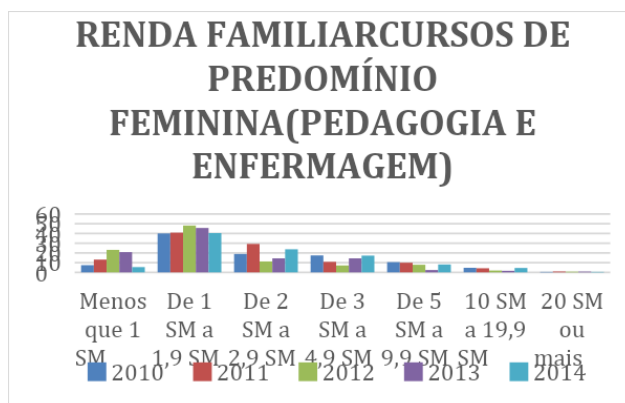
Fonte: Dados do Sistema de Tecnologia de Informação/ STI da UFPB obtidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior/ NEPES, 2016.

Interessante observar que a discrepância na distribuição entre os sexos, no âmbito da UFPB, é ainda maior nos cursos de predomínio feminino, uma vez que o número de homens em cursos como a Pedagogia e a Enfermagem é ínfimo. Já nos cursos de predomínio masculino, a presença feminina tem sido mais significativa, quase 30% das matrículas, com exceção do ano de 2013, o que indica que as mulheres estão quebrando as barreiras das hierarquias profissionais.

O fato do índice de mulheres que acessam os cursos masculinizados ser mais significativo do que o índice de homens matriculados nos cursos feminizados pode pressupor que, no processo de luta pela “igualdade de condições”, as mulheres estão buscando as carreiras masculinizadas, enquanto que os homens não tem respondido a mesma dinâmica.

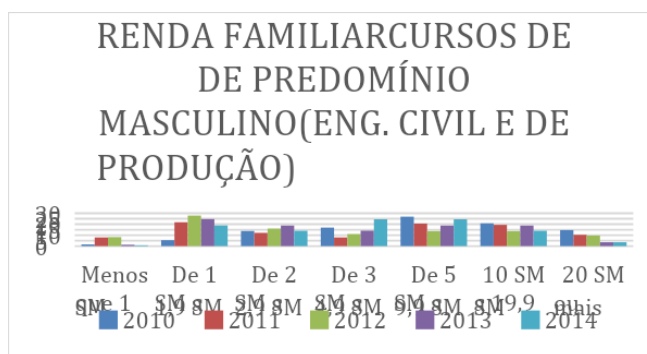
Outro fator que pode ser atribuído a este fenômeno é o prestígio social na área das engenharias, reconhecida como de maior prestígio, que pode acarretar na busca das mulheres pela valorização profissional. Tal afirmativa remete ao estudo realizado por Martins (2014) e sua constatação de que as mulheres de maior renda (brancas, em sua maioria) têm transitado para carreiras predominadas por homens, ainda mais para aquelas em que a paridade de gênero vem sendo gradativamente alcançada. O aspecto relacional entre classe e gênero que indica que as mulheres que conseguem acessar cursos de maior prestígio social são, em sua maioria, pertencentes às classes favorecidas (IDEM, 2014), pode ser verificada, no âmbito da UFPB, através do gráfico sobre a distribuição da renda familiar nestes cursos:

Gráfico III- Distribuição de renda familiar em área de predomínio feminino por renda familiar (2010-2014)



Fonte: Dados do Sistema de Tecnologia de Informação/ STI da UFPB obtidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior/ NEPES, 2016.

Gráfico IV- Distribuição de renda familiar em área de predomínio masculino por renda familiar (2010-2014)



Fonte: Dados do Sistema de Tecnologia de Informação/ STI da UFPB obtidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior/ NEPES, 2016.

Ao considerar que a renda domiciliar mensal *per capita* no Brasil girava em torno de R\$ 1052,00 em 2014, e que no Estado da Paraíba essa mesma taxa estava abaixo do salário mínimo (R\$ 682,00)⁹⁷, pode-se inferir que as Engenharias (cursos masculinizados), conforme análise dos gráficos, agregam um público diferenciado, já que inclui, em sua maioria, estudantes advindos da classe média, uma vez que os dados indicam uma renda familiar mais elevada, em comparativo aos cursos feminizados.

Os dados sobre a renda familiar dos/as matriculados/as configuram um fator de recorte social que determina o prestígio de uma carreira. Ora, se o *status* de uma carreira profissional é delimitado de acordo com o público frequente, como fora discutido, nesse sentido, a tese de

⁹ IBGE. Índice de renda familiar per capita na Paraíba. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2014.pdf.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.442-.459, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6756.

que, os cursos feminizados possuem menor prestígio social por agregar estudantes pobres, em sua maioria mulheres pobres, pode ser confirmado na realidade da UFPB.

Ao tabular a média percentual da renda familiar em áreas feminizadas e masculinizadas, no período de 2010 a 2014, observou-se que os cursos de Enfermagem e Pedagogia somam uma média percentual do período de 76,42% de estudantes que têm renda domiciliar abaixo de três salários mínimos, destes, 56,94% são oriundos de famílias que possuem uma renda abaixo de 1,9 SM. Em contrapartida, nas Engenharias, há uma inversão: a renda familiar soma uma média percentual do período de 61,52% de estudantes acima de três salários mínimos, destes, 46,57% possuem uma renda acima de 5 SM. Ao considerar que a média de moradores por domicílio era de 3,3 pessoas, em 2010 (BRASIL-IBGE, 2010), constata-se que a renda mensal domiciliar dos estudantes dos cursos masculinizados está acima da renda domiciliar *per capita* do Estado (R\$ 682,00). Nesse sentido, confirma-se que tais cursos são predominadas por homens da classe média.

O rendimento familiar elevado estabelece relação direta com o capital cultural destes estudantes, uma vez que famílias com capital econômico elevado tendem a investir no capital cultural dos seus filhos (BOURDIEU, 2008). Ao tabular a média percentual, destes/as estudantes por origem escolar, no período de 2010 a 2014, tem-se que 61,7% dos/as estudantes dos cursos feminizados advém de origem escolar pública, enquanto que este mesmo percentual é de advindos de escola privada, no caso dos cursos masculinizados.

A construção da hierarquização social e cultural torna-se evidente ao se constatar que o percentual de estudantes oriundos das escolas públicas, nos cursos feminizados, ultrapassa significativamente, aquilo que é disposto nas Leis de cotas sobre a reserva de até 50% das vagas, com exceção do ano de 2014, com se observa na tabela:

Tabela I - Distribuição por origem escolar nos cursos feminizados e masculinizados da UFPB

ORIGEM ESCOLAR					
CURSOS DE PREDOMÍNIO FEMININO (ENFERMAGEM E PEDAGOGIA)			CURSOS DE PREDOMÍNIO MASCULINO (ENG. DE PRODUÇÃO E CIVIL)		
(2010-2014)			(2010 -2014)		
Ano	Pública	Privada	Ano	Pública	Privada
2010	51,10%	48,90%	2010	19,20%	80,80%
2011	69,00%	31,00%	2011	38,80%	61,20%
2012	72,00%	28,00%	2012	48,40%	51,60%
2013	70,40%	29,60%	2013	49,40%	50,60%
2014	46,00%	54,00%	2014	38,85%	61,15%

Fonte: Dados do Sistema de Tecnologia de Informação/ STI da UFPB obtidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior/ NEPES, 2016.

A partir dos dados percentuais que constitui o perfil social dos estudantes no período de 2010 a 2014, se pode constatar que há um processo de diferenciação social relacional aos aspectos de gênero e classe que se estende às carreiras profissionais, o que expressa a seletividade social, acadêmica e profissional, como já indicado em estudos como o de Braga, Peixoto e Bargutti (2001).

Os dados sobre o acesso em cursos masculinizados e feminizados indicam que o *modus operandi* da universidade se modifica com o processo de expansão e ingresso de sujeitos com histórico de exclusão social. Todavia, as desigualdades sociais são reproduzidas por um acesso hierarquizado, no sentido de que “[...] tem curso de rico pra continuar rico, e curso de pobre pra continuar pobre” (VARGAS, 2010, p. 17). E a seleção do *status* da carreira varia de acordo com o público frequente, sendo as questões de classe e gênero fatores determinantes neste processo.

Bourdieu (1998; 2008) salienta que a ordem social se configura como uma imensa máquina simbólica que determina a posição dos agentes, sendo a dominação masculina o alicerce da divisão social do trabalho e a manutenção das desigualdades entre os sexos, mas não somente. Há uma relação interseccional dos aspectos de gênero e classe, uma vez que a posição que estes agentes ocupam no espaço social são distribuídas a partir de dois princípios de diferenciação: o capital econômico e o cultural.

Conclui-se, portanto, que o Estado incorporado na relação de dominação masculina acompanha a lógica da estratificação social que, por sua vez, se atrela às questões de classe (como também, raça, embora não tenha sido aprofundado neste artigo). Tal espaço de posições determina o *habitus* dos indivíduos, o que pode justificar o direcionamento de estudantes mulheres e pobres às carreiras de menor prestígio social, enquanto que os homens brancos são direcionados as carreiras de maior prestígio.

As mulheres de maior renda, devido ao capital econômico e cultural adquirido, tendem a migrar para as carreiras em que a paridade de gênero gradativamente estão sendo modificadas (MARTINS, 2014). Já as mulheres pobres se mantêm concentradas nos cursos em que o mercado oferece maiores possibilidades de trabalho e menor concorrência (MARTINS, MACHADO, 2015), ou seja, nesse caso, o critério da oferta e da procura tem contribuído para definir algumas escolhas, dentre os cursos feminizados.

Nas áreas masculinizadas, observa-se que o processo de expansão e ingresso por via de políticas de cotas tem favorecido os homens pobres, uma vez que há um aumento expressivo no percentual de estudantes de renda familiar abaixo de 1,9 SM, no período de 2010 a 2014,

bem como, estudantes oriundos de escolas públicas. Daí que, na pirâmide social do acesso à educação superior, as mulheres pobres são aquelas que possuem as menores chances de acessar os cursos de maior prestígio social, especialmente as mulheres negras. Tal afirmativa pode ser comprovada através de estudo do IBGE (2016), que aponta para as desvantagens educacionais das mulheres negras, uma vez que o percentual destas com ensino superior completo é menos da metade (10,4%), em relação às mulheres brancas (23,5%).

Ao final deste estudo, compreende-se, portanto, que a expansão e a diversificação do acesso, sob a égide do discurso da equidade social e igualdade de condições, parece não alcançar plenamente o âmbito de algumas carreiras profissionais, isto porque o acesso à universidade, mesmo com as políticas de ações afirmativas, não tem conseguido superar a problemática da estratificação social advinda dos aspectos de gênero em intersecção à classe.

O que se tem a partir disso é um acesso hierarquizado que, por sua vez, é relacional e consolida a estratificação social no âmbito das profissões; a manutenção das desigualdades no mercado de trabalho; a precarização de algumas profissões e do seu respectivo trabalho, em detrimento da posição de privilégio do homem branco de classe dominante; e a separação entre ricos e pobres.

EXPANSION OF ADMISSION TO COLLEGE EDUCATION IN AN INTERSECTIONAL DEBATE OF GENDER AND CLASS

ABSTRACT: The article analyzes the process of social differentiation in the scenario of expanding access to higher education and its intersections with issues of class and gender, determining categories in hierarchy and social inequality. To this end, the objective is to understand how class and gender differences impact access to masculinized and feminized professional careers. This is a research carried out in the Postgraduate Program in Education, Master level, in the research line Popular Education (PPGE / UFPB). A case study of four courses from the Federal University of Paraíba - UFPB: Pedagogy, Nursing, Civil Engineering and Production Engineering, was carried out, based on the students' enrollment data according to sex, family income and school origin indicators. by the Information Technology System - STI / UFPB. This paper assumes that gender and class issues are relational and are expressed intersectionally in access to professional careers. The data show that the masculinized areas have higher social prestige, consequently, they are the stronghold of white middle class men, while the feminized areas tend to lower social prestige, being predominated by poor women. It is concluded that there is a hierarchy in access, which, in turn, is relational to the process of social stratification within the scope of professional careers; precariousness of some professions and their respective labor, to the detriment of others; position of social privilege of the ruling white man and the separation of courses for the rich and poor in higher education, even after the process of diversification of the higher education system.

KEY WORDS: College Education. Expansion of Education. Admission. Social Differentiation. Intersectionality.

EXPANSIÓN DEL ACCESO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN DEBATE INTERSECTORIAL DE GÉNERO Y CLASE

RESUMEN: El artículo analiza el proceso de diferenciación social en el escenario de expansión del acceso a la educación superior y sus intersecciones con cuestiones de clase y género, determinando

categorías en la jerarquía y la desigualdad social. Con este fin, el objetivo es comprender cómo las diferencias de clase y género impactan el acceso a carreras profesionales masculinas y feminizadas. Esta es una investigación realizada en el Programa de Postgrado en Educación, Nivel Master, en la línea de investigación Educación Popular (PPGE / UFPB). Se analizó un estudio de caso de cuatro cursos de la Universidad Federal de Paraíba - UFPB: Pedagogía, Enfermería, Ingeniería Civil e Ingeniería de Producción, en base a los datos de inscripción de los estudiantes según el sexo, el ingreso familiar y el origen escolar, disponibles por el Sistema de Tecnología de la Información - STI / UFPB. Este documento asume que los problemas de género y clase son relacionales y se expresan interseccionalmente en el acceso a carreras profesionales. Los datos muestran que las áreas masculinizadas tienen un mayor prestigio social, por lo tanto, son la fortaleza de los hombres blancos de clase media, mientras que las áreas feminizadas tienden a disminuir el prestigio social, predominando las mujeres pobres. Se concluye que existe una jerarquía en el acceso, que, a su vez, está relacionada con el proceso de estratificación social dentro del alcance de las carreras profesionales; precariedad de algunas profesiones y sus respectivas labores, en detrimento de otras; posición de privilegio social del hombre blanco gobernante y la separación de cursos para ricos y pobres en la educación superior, incluso después del proceso de diversificación del sistema de educación superior.

Palabras clave: Educación Superior. Expansión. Acceso. Diferenciación social. Interseccionalidad.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S.; GUISANDE, M. A.; SOARES, A. P.; SAAVEDRA, L.. Acesso e Sucesso no Ensino Superior em Portugal: Questões de Género, Origem Sócio-Cultural e Percurso Académico dos Alunos. **SciELO-Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.19 n.3, pp.507-514, 2006.

ANDIFES/ FONAPRACE. IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras. Uberlândia: 2016. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduandos-das-IFES_2014.pdf.

AZEVEDO, M. L. N. Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social? **Avaliação**, Campinas, v.18, n.1, p.129-150, mar./2013.

BRASIL. **Reuni-Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais**. Brasília: 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>

BRASIL, **Conferência Nacional de Educação**. Brasília: 2010. Disponível em < http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf>

BRASIL, **Conferência Nacional de Educação**. Brasília: 2014. Disponível em: < <http://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Conae-2014-documento-final.pdf>>

BRASIL, **Conferência Nacional de Educação**. Brasília: 2018. Disponível em< http://fne.mec.gov.br/images/Documento_Base_-_Relatorio_Final_da_CONAE_2018.pdf>

BRASIL, **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm.

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.442-459, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6756.

BRASIL, **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso: 01/08/2019.

BRASIL, INEP. **Censo da Educação Superior 2013**. Brasília/DF. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>

BRASIL, INEP. **Censo da Educação Superior 2015**. Brasília-DF. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>

BRASIL, INEP. **O Censo da Educação Superior: principais resultados 2016**. Brasília-DF: 2017. Disponível em download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf

BRASIL, **Plano Nacional de Educação 2014-2020**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>

BRASIL-IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas – Informação demográfica e socioeconômica**. Disponível em: http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2018/03/liv101551_informativo.pdf

BRASIL-IBGE. **Censo Demográfico 2010: famílias e domicílios**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf>

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. In: THOMAZ, F. (Org) DIFEL: Lisboa. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, P. **A dominação Masculina**. In: KUHNER, M. H. (Org). 12º Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1998.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. In: CÔRREA, M. (Org.). 9º ed. Campinas: Papira, 2008.

BRAGA, M. M. M.; PEIXOTO, M. C. L.; BOGUTCHI, T. F. Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG. **SciELO: Cadernos de Pesquisa**. nº 13, p. 129-152, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a07n113.pdf>>

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **SciELO: Cadernos Pagu**. 2006. p.329-376. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>

BROCCO, A. K.; ZAGO, N. Condição do estudante de Camadas populares no ensino superior. Florianópolis: **X ANPED Sul**.2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/776-0.pdf>

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.442-459, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6756.

CARVALHO, M. E. P. Gênero e carreiras universitárias: o que mudou? Florianópolis. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**. 2006. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Maria_Eulina_Pessoa_de_Carvalho_23.pdf. Acesso em: 05/07/2019.

CHAUÍ, M. A universidade operacional. **Revista Da Avaliação Da Educação Superior**, v.3. Recuperado de <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063>.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na Discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**: 2012. Disponível em: < <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>.

CRUB, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Opinião: A Evasão no Ensino Superior. Disponível em:< <http://www.crub.org.br/blog/a-evasao-no-ensino-superior/>>

DURBAN, Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. Conferência de Durban, 2001. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20e%20A%C3%A7%C3%A3o%20adotado%20pela%20Terceira%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20contra%20o%20Racismo,%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20Xenofobia%20e%20Formas%20Conexas%20de%20Intoler%C3%Aancia.pdf>>

FLONTINO, S. R. D. Profissão para homem? A escolha feminina por cursos de recrutamento majoritariamente masculino na UFMG'. **Dissertação** (Mestrado em educação). Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2016. Biblioteca depositária: biblioteca digital de teses e dissertações da UFMG.

GUEDES, O. S.; DAROS, M. A. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. **Servi. Soc.** Londrina, v. 12, nº 1, p. 122-134, 2009.

GOMES, A. M.; MORAES, K. N. A Educação Superior no Brasil Contemporâneo: Transição para um sistema de massas. **Educ. Soc.** Campinas, v. 33, nº 118, p. 171-190, 2012.

JOMTIEN, Declaração Mundial de Educação para Todos. **Conferência de Jomtien**, 1990. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>

MANCEBO, D. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: caminhos da pesquisa. In: JEZINE, E.; BITTAR, M. (Org). **Políticas de educação superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2013.

MARTINS, M. A expansão da educação superior brasileira: diferentes oportunidades, segundo a origem social e diferentes percursos, segundo o gênero. **Dissertação** (Mestrado em educação). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2014. Biblioteca Depositária: Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Santa Catarina.

MARTINS, F. S.; MACHADO, D. C.. Análise da demanda pelo ensino superior no Brasil. Instituto de Economia: UFRJ, 2015. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/pesquisa/textos_sem_peq/texto2306.pdf>

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.442-.459, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6756.

OSORIO, R. G. **O Sistema Classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf>

PARIS, Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009 As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. **Conferência de Paris**, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192>

PEREIRA, F. G. Homens no curso de pedagogia: as razões do improvável'. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2013. Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação.

PEREIRA, P. F. Homens na enfermagem: atravessamentos de gênero na escolha, formação e exercício profissional. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2008.

PIOTTO, D. C. Trajetórias escolares prolongadas nas camadas populares. **Cadernos de Pesquisa**: São Paulo, v. 38, nº 135, p. 701- 727, 2008.

PIOTTO, D. C. Universitários de camadas populares em cursos de alta seletividade: Aspectos subjetivos. Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: < <http://pepsic.bvs-psi.org.br/rbop>>

SANTOS, B. S. **A universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

SILVA, C. B. R. Ações Afirmativas: uma proposta de superação do racismo e das desigualdades. **R. Pol. Públ.** São Luís, v.14, n.1, p. 67-76, 2010.

SCOTT, J. Enigma da igualdade. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.13, n.1, p. 11-30, 2005.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria para análise histórica. Tradução: RUFINO, C.; ÁVILA, M. B. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>

KERNE, I., Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. Tradução de TAVOLARI, B. **Novos Estudos**, São Paulo, p. 45-58, 2012.

VARGAS, H. M. Sem perder a majestade: “profissões imperiais no Brasil”. **Estudos em Sociologia**. Araraquara, v. 15, nº 28, p. 107-124, 2010.

VARGAS, H. M. Aqui é assim: tem curso de rico pra continuar rico e curso de pobre pra continuar pobre. **33º Reunião da Anped**. 2010. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT14-6828--Int.pdf>>

Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.442-.459, Março/Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6756.